



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682495 - RO (2021/0233348-6)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : RUAN VIEIRA DE CASTRO  
**ADVOGADO** : RUAN VIEIRA DE CASTRO - RO008039  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : AZOR PEREIRA DE QUEIROGA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AZOR PEREIRA DE QUEIROGA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC. n. 0806572-18.2021.8.22.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 121, § 2º, inciso VI, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal e 12 da Lei 10.826/2003, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que os fundamentos do decreto de segregação cautelar são genéricos e insuficientes para justificar os riscos à ordem pública, à aplicação da lei penal e de intimidação de testemunhas apontados.

Aduz que os depoimentos das testemunhas alteraram a situação fática do caso.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos judiciais a que for intimado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida

*supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Com efeito, a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *writ* originário, assim se manifestou (e-STJ fl. 31):

*Pois bem. Pela análise dos autos, em sede de cognição sumária, não verifico a presença de elementos suficientes que demonstrem a existência de constrangimento ilegal a justificar o deferimento da medida liminar de urgência, bem como, por ter natureza satisfativa, merece minucioso exame e juízo valorativo, o que não é cabível neste momento preliminar.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência